

COLUNA DO HERÓDOTO

Inflação, inimiga da popularidade do governo!



Heródoto Barbeiro (*)

A economia se torna o principal tema do debate político do Brasil.

Oposição e governo têm pontos de vista contrários. Um propõe mais uma reforma, o outro lado diz que o Estado deve taxar os mais ricos para promover uma distribuição de renda e mitigar os efeitos da fome, falta de moradias e assistência médica. O mínimo necessário para a dignidade humana. No passado, um ministro defendeu a ideia de que primeiro era preciso aumentar o bolo da economia para depois dividi-lo.

Nem houve crescimento, nem distribuição da iguaria. Há quem opte pela liberação da economia, com menos leis e intervenção do Estado. O fato é que a inflação corre solta, enquanto se discute a melhor saída que não seja o aeroporto. Ela é acusada pela esquerda e pela direita de ser responsável pela perda do poder de compra do salário dos trabalhadores. Contudo, como domar o dragão da inflação? Com uma bala de prata como propôs um presidente? Com o congelamento dos investimentos, saldos bancários, fundos públicos e até a caderneta de poupança? Com mais um plano econômico para durar pouco tempo, como registraram os jornalistas?

A oposição faz acusações de que a economia capitalista é uma forma de enriquecer a burguesia. Ela explora o trabalhador uma vez que se apropria do excedente que ele produz com o seu trabalho. É a acumulação da mais-valia que distingue os ricos dos pobres, diz a pregação do principal partido de oposição, que obviamente defende a implantação de uma sociedade socialista, igualitária e apoiada na distribuição da riqueza, seja ela as terras com a reforma agrária, seja defendendo a implantação a criação de empresas estatais dirigidas pelos trabalhadores, fortalecimentos dos sindicatos como forma de embate político e o aumento dos salários.

Os conservadores, obviamente, não concordam e dão exemplos no mundo em que essas soluções não deram certo. Entidades internacionais,

como o FMI, têm uma receita que é rejeitada antecipadamente, uma vez que defende redução dos gastos públicos, saldo financeiro e menos Estado na economia. A oposição espera que o atual Ministro da Fazenda, um professor da Universidade de São Paulo, respeitado e conhecido por seus trabalhos acadêmicos na área da Sociologia, possa mudar esse quadro. Afinal, ele também é um dos ícones intelectuais da esquerda brasileira.

O governo está com a corda no pescoço. Vem de anos e anos de déficit público. A popularidade dele depende muito de ter dinheiro para os programas sociais e investimentos, principalmente em infraestrutura. Os preços nos supermercados são remarcaados todos os dias e, às vezes, duas vezes ao dia. As maquininhas de preços não param. É tão ou mais importante do que o carrinho de compras.

Uma garrafa de Coca-Cola de dois litros custa dezenove mil e 200 cruzeiros reais. Parafraseando: ou o Brasil acaba com a inflação, ou a inflação acaba com o Brasil! O professor Fernando Henrique Cardoso faz até referência à Alemanha depois da Primeira Guerra mundial. Ele é o Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, que assumiu depois da cassação de Collor. Junta uma equipe de economistas e apresenta um plano de estabilização monetária. Mais um? Desta vez cria-se um ajuste fiscal emergencial, a URV – Unidade Real de Valor – e só posteriormente uma nova moeda: o real. Os preços tomam como base o valor do dólar, considerado a âncora do real. Opta-se pela total transparência dos atos do governo e isso ajuda a aumentar a credibilidade no plano.

O sucesso é rápido, a popularidade do governo decola e, pela primeira vez, a moeda não embute a inflação que no passado recente passou de 2.500%. FHC candidata-se à presidência da República e é eleito no primeiro turno ao derrotar Luís Inácio da Silva, o Lula.

(*) É jornalista do Record News, R7 e Nova Brasil (89.7), além de autor de vários livros de sucesso, tanto destinados ao ensino de História, como para as áreas de jornalismo, mídia training e budismo.

Canivetes suíços sem lâminas?

O canivete suíço se tornou um símbolo tão grande de multifuncionalidade que empresas que produzem utensílios versáteis costumam dizer que seus produtos são o “canivete suíço” de sua categoria.

Vivaldo José Breternitz (*)

Os canivetes suíços normalmente incorporam várias ferramentas, como chaves de fenda, abridores de latas e garrafas, mas, principalmente, diversas lâminas.

Agora, a Victorinox, a empresa que produz o famoso gadget, está trabalhando em um canivete sem lâmina, como disse um porta-voz da empresa à CNN. Embora não vá descontinuar suas versões com lâminas, a empresa vem tentando descobrir como atender clientes em locais - especificamente o Reino Unido e alguns países asiáticos - onde canivetes são considerados armas e há restrições quanto ao seu porte.

O canivete suíço tem suas raízes na Alemanha dos anos 1880; logo depois, seu fabricante, o suíço Karl Elsener, transferiu seu negócio para a Suíça. Rapidamente surgiu um concorrente, a Wenger, e o governo suíço que comprava canivetes para uso de seus soldados, dividia as compras entre as duas empresas, que acabaram se fundindo em 2005.

Embora o 11 de setembro tenha afetado as vendas da empresa, pois os canivetes se tornaram muito mais controlados depois disso, a Victorinox continua firme. Em 2017 a empresa já havia produzido 500 milhões de canivetes, e fabrica atualmente 10 milhões por ano, de 400 modelos diferentes.

Seu modelo mais caro é o Swiss Champ XXL, que custa quase cinco mil reais no Brasil e possui 73 funções, incluindo descamador de peixes, pinça, lixa de unhas e até mesmo uma serra para metal.



Além dos canivetes, a Victorinox licencia sua marca para uso em relógios, roupas, artigos para viagem e outros itens – sem dúvida, é um caso de sucesso.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor da FATEC SP, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjntz@gmail.com.

Gestão em Projetos de PDI: A linha tênue entre o sucesso e o fracasso

Hoje, a inovação e o avanço tecnológico representam pilares fundamentais para a competitividade e o progresso econômico global. Nesse cenário, empresas e instituições investem cada vez mais em soluções inovadoras e produtos de vanguarda, impulsionando notáveis transformações em diversos setores.

Especificamente no Brasil, o setor de energia elétrica destaca-se pela alocação significativa de recursos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Estes projetos são cruciais para a modernização do setor e para o aumento da confiabilidade percebida pelos consumidores e pelo mercado como um todo, contribuindo assim para o fortalecimento desse setor vital.

A gestão desses projetos de PDI no setor elétrico, portanto, torna-se uma linha tênue entre o sucesso e o fracasso. Em um ambiente onde a inovação é indispensável, uma gestão eficaz não só assegura a otimização na alocação de recursos, mas também facilita a integração de novas tecnologias e a rápida adaptação às dinâmicas do mercado e às mudanças regulatórias.

Importante ressaltar que as empresas de energia elétrica no Brasil são obrigadas por regulamento a destinar uma parte de sua Receita Operacional Líquida (ROL) para investimentos em PDI. Esta exigência é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estipula metas e diretrizes para a execução desses projetos.

Consequentemente, o gerenciamento adequado destes projetos é essencial.



Desvios das normas regulatórias podem afetar não só o sucesso do projeto, mas também a reputação corporativa, tanto no âmbito regulatório quanto no mercado.

A gestão eficiente desses projetos compreende várias fases, incluindo planejamento, execução, avaliação e encerramento. O planejamento é estratégico, definindo claramente os objetivos do projeto, os recursos necessários, e desenvolvendo um cronograma detalhado e um plano de ação, conforme resolução normativa ANEEL no 1.074.

Durante a etapa de execução, as atividades planejadas são implementadas conforme o cronograma estabelecido; isso inclui a condução de experimentos, coleta de dados, desenvolvimento de protótipos e outras iniciativas específicas do projeto.

No estágio final, após todas as atividades terem sido executadas, é o momento da

avaliação e encerramento. É importante realizar uma análise abrangente dos resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos, além de garantir um encerramento adequado, incluindo a elaboração dos relatórios exigidos, a realização da auditoria do projeto e a comunicação dos resultados à agência reguladora.

Diante disso, fica evidente que a gestão eficaz é essencial para fomentar a inovação, promover avanços tecnológicos e assegurar a aderência às normas estabelecidas pela ANEEL. O sucesso de um projeto de PDI transcende o investimento financeiro, exigindo um gerenciamento metódico que maximize a eficácia dos recursos e a implementação de inovações.

(Fonte: Isabela Reina de Almeida, consultora; e Bradlei Moretti, CEO da Berkan Consultoria e Auditoria).

Formação online gratuita para educadores

A educação para a sustentabilidade é fundamental para formar pessoas mais conscientes. Por isso, Instituto Akatu e Prolata Reciclagem se uniram para lançar um novo curso online voltado a educadores e educadoras. O objetivo da formação gratuita “Consumo Consciente e Economia Circular nas escolas” é capacitar profissionais da Educação Básica em todo o país, em especial do Ensino Fundamental, para a realização de atividades sobre temáticas

socioambientais junto a estudantes, incentivando o desenvolvimento de projetos escolares sustentáveis. O curso será lançado em um webinar ao vivo no dia 17/05, às 15h, data em que é celebrado o Dia Mundial da Reciclagem. O evento terá a participação de especialistas do Akatu, ONG pioneira na mobilização para o consumo consciente, e da Prolata Reciclagem, associação sem fins lucrativos formada pela cadeia de valor de fabricantes

de embalagens de aço — que tem a Educação Ambiental como um de seus pilares.

O curso foi desenvolvido a partir de experiências do programa Edukatu, rede de aprendizagem sobre consumo consciente e sustentabilidade do Akatu que já capacitou mais de 19 mil educadores ao longo de uma década (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_iFJtYhSorR7py-BRualLLsgPKXdDEZIdPkSeobEvU20CQ/viewform?usp=send_form).

News @ TI

Jovem de SP representa o Brasil na Feira Internacional de Ciências e Engenharia

Depois de brilhar na 22ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), o aluno do Colégio Visconde de Porto Seguro, Gabriel Pacifico Rydygier de Ruediger, com seu projeto “Calcula-mangue”, se prepara agora para defender o Brasil na Feira Internacional de Ciências e Engenharia (ISEF), nos Estados Unidos, dia 11 de maio. É a maior feira internacional para estudantes que ainda não chegaram ao nível universitário. Os jovens João Pedro Sandre e Pietro Quinzani, autores do projeto “Trending Fake”, ficaram em 4º lugar na edição do ano passado, enquanto Gabriel fará sua estreia na ISEF de 2024.

Editorias

Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterariaralph.com.br);

Comercial: comercial@netjen.com.br

Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza.

Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP: 04128-080

Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)

Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90

JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)

Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.